



**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CREA/RS**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DOS
CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31/12/2015**

Porto Alegre, 26 de Fevereiro de 2016.

Ao

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA/RS

Rua São Luís, 77 – Porto Alegre/RS – CEP.: 90.620-170
CNPJ(MF) 92.695.790/0001-95 - Telefone (051) 3320-2170
Porto Alegre/RS

Att. Núcleo de Contabilidade
A/c. Elisabete Preste
Ref. Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo CREA/RS, acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável á formação de nossa opinião inerente á fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2015, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 á 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DRE elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no item "4" do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 18/2015, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para a Diretoria a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O "S"RS

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"RS
Sócio Sênior

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA/RS
RELATÓRIO DE AUDITORIA NA FORMA LONGA
ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO CONTROLES INTERNOS E
ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2015

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RS**, doravante denominado “Autarquia”, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, levado a efeito mediante visitas na Sede da Autarquia nos mês de Fevereiro de 2016, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2015, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de 39 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.2.1 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.2.2 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

1.2.3 ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

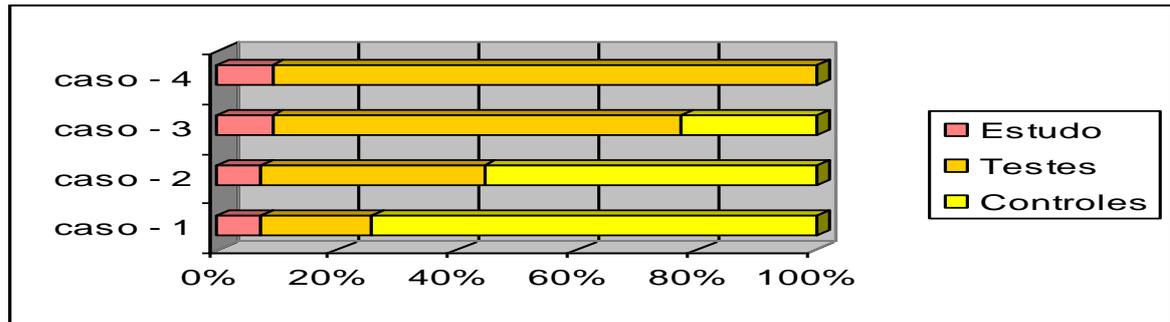
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

1.2.4 AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

1.2.5 TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

⇒ **Testes de Observância:**

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

⇒ **Testes de Substância:**

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.2.6 BALANCETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado em 31/12/2015 sob exame, bem como da análise dos relatórios de auditorias anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética a seguir, visando à melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações.

BALANCETE MATRIZ DE RISCOS						
RISCOS DE EXPOSIÇÃO ATIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIAÇÃO	
	31/12/2015		31/12/2014		2014 x 2015	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
1 - ATIVO	51.603.189,90	100,00%	46.901.891,51	100,00%	4.701.298,39	10,02%
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	24.789.255,80	48,04%	18.950.546,86	40,40%	5.838.708,94	30,81%
1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.088.161,83	42,80%	15.397.955,47	32,83%	6.690.206,36	43,45%
1.1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	22.088.161,83	42,80%	15.397.955,47	32,83%	6.690.206,36	43,45%
1.1.1.1.2 - DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCARIA	21.505.738,47	41,68%	14.986.955,03	31,95%	6.518.783,44	43,50%
1.1.1.3 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.564.813,03	4,97%	3.145.983,58	6,71%	-581.170,55	-18,47%
1.1.3.5 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	2.178,77	0,00%	0,00	0,00%	2.178,77	100,00%
1.1.5 - ESTOQUES	136.280,94	0,26%	406.607,81	0,87%	-270.326,87	-66,48%
1.2 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE	26.813.934,10	51,96%	27.951.344,65	59,60%	-1.137.410,55	-4,07%
1.2.1 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.007.555,65	23,27%	10.399.850,64	22,17%	1.607.705,01	15,46%
1.2.1.1 - CRÉDITOS A LONGO PRAZO	12.007.178,07	23,27%	10.399.473,06	22,17%	1.607.705,01	15,46%
1.2.1.3 - INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	377,58	0,00%	377,58	0,00%	0,00	0,00%
1.2.3 - IMOBILIZADO	14.681.928,25	28,45%	17.551.494,01	37,42%	-2.869.565,76	-16,35%
1.2.3.2 - BENS IMÓVEIS	15.819.103,21	30,66%	15.779.103,21	33,64%	40.000,00	0,25%
1.2.3.8 - (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-13.405.583,98	-25,98%	-11.209.842,80	-23,90%	-2.195.741,18	19,59%
1.2.4 - INTANGÍVEL	124.450,20	0,24%	0,00	0,00%	124.450,20	100,00%
RISCOS DE EXPOSIÇÃO PASSIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIAÇÃO	
	31/12/2015		01/01/2015		01/JAN x 31/DEZ	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
2 - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51.603.189,90	100,00%	46.901.891,51	100,00%	4.701.298,39	10,02%
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE	18.919.944,13	36,66%	11.147.388,42	23,77%	7.772.555,71	69,73%
2.1.1 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	217.220,85	0,42%	227.106,24	0,48%	-9.885,39	-4,35%
2.1.3 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	199.466,85	0,39%	10.942,92	0,02%	188.523,93	1722,79%
2.1.4 - OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	716.845,95	1,39%	765.337,47	1,63%	-48.491,52	-6,34%
2.1.5 - OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	16.358.458,06	31,70%	10.081.315,94	21,49%	6.277.142,12	62,27%
2.1.7 - PROVISÕES A CURTO PRAZO	197.177,05	0,38%	0,00	0,00%	197.177,05	100,00%
2.1.8 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.230.775,37	2,39%	62.685,85	0,13%	1.168.089,52	1863,40%
2.2 - PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	4.100.000,00	7,95%	2.117.288,09	4,51%	1.982.711,91	93,64%
2.2.3 - FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00%	117.288,09	0,25%	-117.288,09	-100,00%
2.2.7 - PROVISÕES A LONGO PRAZO	4.100.000,00	7,95%	2.000.000,00	4,26%	2.100.000,00	105,00%
2.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.583.245,77	55,39%	33.637.215,00	71,72%	-5.053.969,23	-15,02%
2.3.7 - RESULTADOS ACUMULADOS	28.583.245,77	55,39%	33.637.215,00	71,72%	-5.053.969,23	-15,02%
2.3.7.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	28.583.245,77	55,39%	33.637.215,00	71,72%	-5.053.969,23	-15,02%
2.3.7.1.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	28.583.245,77	55,39%	33.637.215,00	71,72%	-5.053.969,23	-15,02%
2.3.7.1.1.02 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	39.004.900,69	75,59%	39.004.900,69	83,16%	0,00	0,00%

1.2.6.1 RISCO POR RELEVÂNCIA HORIZONTAL

Referida análise visa explicar a variação percentual positiva de **10,02%** (dez inteiros e dois centésimos) verificada nos saldos do Ativo e no Passivo, que perfaz um aumento patrimonial de **R\$ 4.701.298,39**, ocorrida entre os exercícios de 2015 e 2014 propiciando assim analisarmos a relevância de cada saldo a partir do volume monetário transacionado em cada rubrica, no período sob exame.

Neste sentido percebe-se com razoável facilidade que os principais grupos do balanço apresentaram a seguinte variação no período:

Grupo/Contas Variações Ativas	%	Risco
Ativo Circulante	30,81%	Alto
Caixa e Equivalentes de Caixa	43,45%	Alto
Créditos e Valores a Curto Prazo	-18,47%	Relativo
Estoques	-66,48%	Alto
Créditos a Longo Prazo	15,46%	Relativo
Ativo Não Circulante	-4,07%	Baixo
Investimentos	0,00%	Inexistente
Ativo Imobilizado	-16,35%	Relativo
Grupo/Contas Variações Passivas	%	Risco
Passivo Circulante	69,73%	Alto
Passivo Não Circulante	93,64%	Alto
Patrimônio Líquido	-15,02%	Relativo

1.2.6.2 RISCO POR RELEVÂNCIA VERTICAL

Precitada análise é uma ferramenta útil ao conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção dos itens considerados individualmente em relação a seu todo, nesse caso chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição:

Grupo/Contas Variações Ativas	%	Risco
Ativo Circulante	48,04%	Alto
Caixa e Equivalentes de Caixa	42,80%	Alto
Créditos e Valores a Curto Prazo	4,97%	Baixo
Estoques	0,26%	Baixo
Créditos a Longo Prazo	23,27%	Relativo
Ativo Não Circulante	51,96%	Alto
Investimentos	0,00%	Inexistente
Ativo Imobilizado	28,45%	Alto
Grupo/Contas Variações Passivas	%	Risco
Passivo Circulante	36,66%	Alto
Passivo Não Circulante	7,95%	Baixo
Patrimônio Líquido	55,39%	Alto

1.2.6.3 MATRIZ DE RISCO PONDERADA

Da exegese dos dados apresentados nas análises supracitadas, temos informações essenciais para a ponderação do chamado risco relativo de auditoria, no qual se percebe a seguinte posição.

Grupo/Contas	Risco por Volume de Transações	Risco de Exposição Patrimonial
Ativo Circulante	Relativo	Alto
Caixa e Equivalentes de Caixa	Relativo	Alto
Créditos e Valores a Curto Prazo	Baixo	Alto
Estoques	Baixo	Alto
Créditos de transferências a Receber	Relativo	Baixo
Ativo Não Circulante	Alto	Alto
Investimentos	Baixo	Inexistente
Ativo Imobilizado	Alto	Alto

Grupo/Contas Passivas	Risco por Volume de Transações	Risco de Exposição Patrimonial
Passivo Circulante	Alto	Baixo
Passivo Não Circulante	Baixo	Alto
Patrimônio Líquido	Alto	Alto

A partir dessa Matriz de Risco é que efetuamos todo o planejamento do trabalho, procedendo ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, analisando sua eficiência e efetividade, para que com base no grau de credibilidade atribuído em cada situação, possamos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade da população amostral para aplicação dos procedimentos de auditoria apropriados e aderentes a cada caso.

2 ASPECTOS CONTÁBEIS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTÁRIAS

Atendendo ao Termo de Referência vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 18/2015, adaptamos nosso Programa Padrão de Auditoria e o consequente Planejamento, visando atendermos integralmente ao que foi preconizado no aludido Termo e mediante procedimentos de auditoria aplicados especificamente para esse fim.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

3.1. ATIVO CIRCULANTE

R\$ 24.789.255,80

O ativo circulante representa **48,04%** do saldo total do ativo recebendo atributo de “alto risco” sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação positiva de **R\$ 5.838.708,94** equivalentes a **30,81%** de aumento em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um “alto risco”, do ponto de vista quantitativo e “alto risco” do ponto de vista qualitativo.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

RISCOS DE EXPOSIÇÃO ATIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIÇÃO	
	31/12/2015		31/12/2014		2014 x 2015	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
1 - ATIVO	51.603.189,90	100,00%	46.901.891,51	100,00%	4.701.298,39	10,02%
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	24.789.255,80	48,04%	18.950.546,86	40,40%	5.838.708,94	30,81%
1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.088.161,83	42,80%	15.397.955,47	32,83%	6.690.206,36	43,45%
1.1.3 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.564.813,03	4,97%	3.145.983,58	6,71%	-581.170,55	-18,47%
1.1.5 - ESTOQUES	136.280,94	0,26%	406.607,81	0,87%	-270.326,87	-66,48%

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

R\$ 22.088.161,83

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos que o saldo responde individualmente por aproximadamente **42,80%** do total do disponível da Autarquia, sendo, portanto, a rubrica mais significativa do disponível e de resto do Balanço Patrimonial como um todo, a qual apresentou a seguinte variação no período.

Apresentamos adiante o saldo existente, o qual está composto conforme abaixo:

RISCOS DE EXPOSIÇÃO ATIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIÇÃO	
	31/12/2015		31/12/2014		2014 x 2015	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.088.161,83	42,80%	15.397.955,47	32,83%	6.690.206,36	43,45%
1.1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	22.088.161,83	42,80%	15.397.955,47	32,83%	6.690.206,36	43,45%
1.1.1.1.1 - DISPONIVEL	582.423,36	1,13%	411.000,44	0,88%	171.422,92	41,71%
1.1.1.1.1.01 - BANCOS-C/MOVIMENTO	582.423,36	1,13%	411.000,44	0,88%	171.422,92	41,71%
1.1.1.1.2 - DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCARIA	21.505.738,47	41,68%	14.986.955,03	31,95%	6.518.783,44	43,50%
1.1.1.1.2.02 - BANCOS-C/VINCULADA A APLICACOES FINANCEIRAS	21.505.738,47	41,68%	14.986.955,03	31,95%	6.518.783,44	43,50%

Referidas contas são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil de modo que as eventuais discrepâncias são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficaram restritos aos controles contábeis dos referidos saldos, dentre os quais destacamos o exame da conciliação mensal da movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em contraposição ao razão contábil.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações de 31/12/2015 revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais, de modo que diante da exiguidade de tempo em campo, optamos por não efetuar a confirmação direta dos saldos junto à instituição financeira mediante memorando de circularização do saldo, aplicando tão somente, procedimentos suplementares de consultar on-line e validar os saldos de cada banco diretamente no site.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Caixa e Equivalentes de Caixa são consubstanciados por meio das conciliações bancárias efetuadas adequadamente, e nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos demonstrando-os com exatidão nas demonstrações contábeis, das quais extraímos a seguinte movimentação verificada mensalmente, a qual perfaz uma variação positiva de **R\$ 6.690.206,36**, equivalente a um aumento de **43,45%** em relação ao saldo do exercício anterior.

3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

R\$ 2.564.813,03

Este saldo representa **4,97%** da exposição ativa e registra uma variação negativa de **R\$ -581.170,55** equivalentes a uma diminuição de **-18,47%** em relação ao exercício anterior. Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registram importantes operações vinculadas à “Faturas a Receber” e “Recursos a Receber - Subvenções”.

RISCOS DE EXPOSIÇÃO ATIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIÇÃO	
	31/12/2015		31/12/2014		2014 x 2015	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
1.1.3 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.564.813,03	4,97%	3.145.983,58	6,71%	-581.170,55	-18,47%
1.1.3.3 - CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	2.562.634,26	4,97%	3.145.983,58	6,71%	-583.349,32	-18,54%
1.1.3.3.1 - DIVERSOS RESPONSÁVEIS	100,00	0,00%	920,00	0,00%	-820,00	-89,13%
1.1.3.3.2 - DEVEDORES DA ENTIDADE	2.562.534,26	4,97%	3.145.063,58	6,71%	-582.529,32	-18,52%
1.1.3.5 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	2.178,77	0,00%	0,00	0,00%	2.178,77	100,00%
1.1.3.5.3 - VALORES A SEREM DEVOLVIDOS	2.178,77	0,00%	0,00	0,00%	2.178,77	100,00%

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2015 e 2014, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

Em face da representatividade dos valores apresentados, nota-se a necessidade de uma maior Governança das dívidas de responsabilidade de entidades públicas e privadas com o CREA/RS.

Não nos foi possível evidenciar a exatidão do saldo da conta número 1.1.3.3.2.01 - Tribunal Regional do Trabalho, devido à insuficiência de análise e conciliação adequada aos padrões de controle interno apropriado para tratamento individualizado de cada bloqueio judicial ocorrido de ofício em contas bancárias movimentadas pela Autarquia. Em dezembro próximo passado, depois de iniciada a devida análise e conciliação individualizada dos bloqueios que compõem aludido saldo, foi procedido um lançamento de baixa no valor de R\$ 204.142,57 na conta 6.2.2.1.01.06.03 – Despesas de Exercícios Anteriores, todavia diversos outros bloqueios judiciais ainda carecem de identificação pontual para que se possa validar referido saldo. Conseqüentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos das contas do “Patrimônio Líquido” e do “Resultado do Econômico Exercício” sob nosso exame.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Curto Prazo nos pareceram insuficientes para salvaguardar tais ativos demonstrando-nos fragilidades no controle dos valores devidos ao CREA, para que sejam quitados com maior brevidade possível, considerando a necessidade de Caixa para fazer jus aos seus compromissos.

3.1.4 ESTOQUE

R\$ 136.280,94

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

Trata-se de materiais destinados a consumo interno, material de expediente, material elétrico, material de proteção e segurança, dentre outros. Os materiais são solicitados mediante requisições que viabilizam a entrega física e o controle, devidamente inventariado ao final do exercício.

RISCOS DE EXPOSIÇÃO ATIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIAÇÃO	
	31/12/2015		31/12/2014		2014 x 2015	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
1.1.5 - ESTOQUES	136.280,94	0,26%	406.607,81	0,87%	-270.326,87	-66,48%
1.1.5.6 - ALMOXARIFADO	136.280,94	0,26%	406.607,81	0,87%	-270.326,87	-66,48%
1.1.5.6.1 - MATERIAL DE CONSUMO A	136.280,94	0,26%	406.607,81	0,87%	-270.326,87	-66,48%

ESTOQUE INTERNO - ALMOXARIFADO

✓ Procedimentos de Auditoria

Não acompanhamos o inventário físico alusivo aos estoques, todavia, aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, mediante revisão e regressão contábil dos saldos, analisando as entradas e as saídas bem como a existência física dos referidos produtos.

✓ Constatações

Através de procedimentos alternativos de regressão e recomposição de quantidades físicas a partir da listagem decorrente do inventário, efetuamos testes de observância e substância que validamos o saldo em “Estoque”, mesmo considerando que 07 itens apresentaram diferenças de valor irrelevante, os quais foram ajustados no sistema de controle, além do que, o mesmo recebe atributo de baixo risco, no ponto de vista da exposição ativa e no volume de transações.

Está conta, em 2015, passou à ser conciliada semanalmente para evitar divergências entre o contábil e o físico. As divergências anteriores geraram em virtude do sistema Siscont.Net ter a conta padrão do almoxarifado na fase de liquidação 1.1.5.6.1.01 - Material de Consumo, mas nem todas as liquidações são estoque/almoxarifado, algumas são variações patrimonial diminutiva - VPD.

✓ Opinião

Através deste procedimento validamos o saldo em “Estoque”, exceto sob o aspecto levantado no parágrafo anterior. Os controles físicos existentes são compatíveis com a pequena complexidade das operações, e reputamos suficientes para a necessidade da Autarquia. Porém, é relevante enfatizar a necessidade de aprimorar os sistemas, pois, não atendem de modo integral as necessidades apresentadas pela unidade.

3.1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

R\$ 26.813.934,10

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Lei 11.638/07 e MP 499 já convertida na Lei 10.842/09. Precitado grupo representa **51,96%** da exposição ativa, apresentando um decréscimo de **R\$ 1.137.410,55** equivalentes a um percentual de **-4,07%** em relação ao exercício anterior, recebendo atributo de risco alto na “matriz de risco” que elaboramos no planejamento da auditoria.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

RISCOS DE EXPOSIÇÃO ATIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIÇÃO	
	31/12/2015		31/12/2014		2014 x 2015	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
1.2 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE	26.813.934,10	51,96%	27.951.344,65	59,60%	-1.137.410,55	-4,07%
1.2.1 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.007.555,65	23,27%	10.399.850,64	22,17%	1.607.705,01	15,46%
1.2.1.3 - INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	377,58	0,00%	377,58	0,00%	0,00	0,00%
1.2.3 - IMOBILIZADO	14.681.928,25	28,45%	17.551.494,01	37,42%	-2.869.565,76	-16,35%
1.2.4 - INTANGÍVEL	124.450,20	0,24%	0,00	0,00%	124.450,20	100,00%

3.1.2.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

R\$ 34.868.547,98

Este saldo representa **23,27%** da exposição ativa e registra uma variação positiva de **R\$ 1.607.705,01** equivalentes a um aumento de **15,46%** em relação ao exercício anterior. Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registram importantes operações vinculadas á Créditos a Receber de Longo Prazo, composto por:

RISCOS DE EXPOSIÇÃO ATIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIÇÃO	
	31/12/2015		31/12/2014		2014 x 2015	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
1.2.1 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.007.555,65	23,27%	10.399.850,64	22,17%	1.607.705,01	15,46%
1.2.1.1 - CRÉDITOS A LONGO PRAZO	12.007.178,07	23,27%	10.399.473,06	22,17%	1.607.705,01	15,46%
1.2.1.1.3 - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	12.186.400,36	23,62%	10.399.473,06	22,17%	1.786.927,30	17,18%

✓ Procedimentos de Auditoria

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2015 e 2014, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber, mesmo sendo a Longo Prazo, é de importante valor pecuniário para Autarquia.

✓ Constatações

Em face da representatividade dos valores apresentados, nota-se a necessidade de uma maior Governança das dívidas de responsabilidade de entidades públicas e privadas com o CREA/RS.

Não nos foi possível evidenciar a exatidão do saldo da conta número 1.2.1.1.3.01 – Dívida Ativa a Receber, no valor de R\$ 12.186.400,36 registrado na contabilidade, em contraposição ao saldo constante no Relatório apresentado pela Gerencia Financeira no valor de R\$ 7.387.461,09, cujo cotejamento resulta numa diferença substancial de **R\$ 4.798.939,27**, indicando que os controles internos agregados ao processo de inscrição, baixa e manutenção de “devedores ativos” carecem de aprimoramentos vinculados á análise e conciliação sistemática com a contabilidade. Isto posto ficamos impossibilitados de opinar acerca dos ajustes necessários para reconhecimento de possíveis perdas na realização da aludida conta de “Dívida Ativa a Receber” e dos efeitos sobre os saldos do “Patrimônio Líquido” e sua repercussão em contas de “Resultado Econômico do Exercício” sob nosso exame.

✓ Opinião

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Longo Prazo nos pareceram insuficientes para salvaguardar tais ativos demonstrando-nos deficiências/fragilidades de controle dos valores devidos ao CREA, necessitando de maior esforço para que sejam quitados com a maior brevidade possível, considerando a necessidade de Caixa para fazer jus aos seus compromissos.

3.1.2.2 INVESTIMENTOS

R\$ 377,58

Os investimentos da Autarquia são considerados irrelevantes. Não encontrando evidência objetiva de prejuízo de *impairment*.

RISCOS DE EXPOSIÇÃO ATIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIÇÃO	
	31/12/2015		31/12/2014		2014 x 2015	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
1.2.1.3 - INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	377,58	0,00%	377,58	0,00%	0,00	0,00%
1.2.1.3.1 - INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS A LONGO PRAZO	377,58	0,00%	377,58	0,00%	0,00	0,00%

3.1.2.3 ATIVO IMOBILIZADO

R\$ 14.681.928,25

O ativo imobilizado representa **28,45%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco alto sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um decréscimo de **-16,35%** das transações que compõem a variação negativa de **R\$ 2.869.565,76**, constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco relativo do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

RISCOS DE EXPOSIÇÃO ATIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIÇÃO	
	31/12/2015		31/12/2014		2014 x 2015	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
1.2.3 - IMOBILIZADO	14.681.928,25	28,45%	17.551.494,01	37,42%	-2.869.565,76	-16,35%
1.2.3.1 - BENS MÓVEIS	12.268.409,02	23,77%	12.982.233,60	27,68%	-713.824,58	-5,50%
1.2.3.1.1 - BENS MOVEIS	12.268.409,02	23,77%	12.982.233,60	27,68%	-713.824,58	-5,50%
1.2.3.1.1.11 - Equipamentos Diversos	604.619,97	1,17%	616.683,45	1,31%	-12.063,48	-1,96%
1.2.3.2 - BENS IMÓVEIS	15.819.103,21	30,66%	15.779.103,21	33,64%	40.000,00	0,25%
1.2.3.2.1 - BENS IMOVEIS	15.819.103,21	30,66%	15.779.103,21	33,64%	40.000,00	0,25%
1.2.3.8 - (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-13.405.583,98	-25,98%	-11.209.842,80	-23,90%	-2.195.741,18	19,59%

✓ Procedimentos de Auditoria

Não acompanhamos os inventários físicos dos bens integrantes do ativo imobilizado da Autarquia, todavia, selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade no que tange a bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

Dada à relevância dos valores contabilizados representarem aproximadamente 30% do Ativo Total do Crea-RS, este saldo, passou a ser de grande relevância para o Estudo de Auditoria, e inclusive, ponto de Ressalva em nosso Relatório na Forma Curta, isto posto, passamos a esclarecer:

⇒ A Gestão Patrimonial não é apenas mais uma obrigação burocrática para controlar os bens do imobilizado. O CREA/RS está obrigado a atender os dispositivos das sociedades por ações, necessitando assim, aplicar o teste de recuperabilidade dos

ativos – *impairment test*, conforme advento da Lei nº 11.638/07 e emissão do Pronunciamento Técnico 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, que trouxe a extinção da reavaliação dos ativos e a inserção do *impairment*, estabelecendo a importância destes testes com o propósito de deixar os ativos registrados ao limite dos valores correspondentes ao seu retorno econômico. Caso a reavaliação não fosse utilizada corretamente, poderia adicionar ao ativo uma distorção quanto à sua capacidade de gerar caixa, podendo, assim, distorcer as demonstrações contábeis e consequentemente a sua análise.

De acordo com o CPC 01 (R1), de 2010, o *impairment* tem o objetivo de garantir que os ativos não estejam registrados por um valor maior àquele que possa ser recuperados, pelos benefícios gerados pelo uso do bem no decorrer do tempo, ou por sua eventual venda.

✓ **Constatações**

Apropria-se o valor dos Bens Administrativos e Operacionais, registrados pelo custo de aquisição ou construção, menos depreciação.

As depreciações acumuladas no imobilizado, realizadas nos bens próprios da Autarquia, foram computadas pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

(A) Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Até a data de conclusão de nosso trabalho, o estudo contendo avaliação da necessidade de aplicação dos testes de recuperabilidade preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, ainda não havia sido concluído. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos das contas do “Ativo Imobilizado”, do “Patrimônio Líquido” e do “Resultado do Econômico Exercício” sob nosso exame.

Informamos que, esse estudo visa assegurar que os ativos da autarquia não estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por eventual venda.

(B) Depreciação e Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

Da mesma forma, o CREA não efetuou estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes de utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

✓ **Opinião**

Envidar esforços para a avaliação dos imóveis que dariam suporte aos testes de recuperabilidade preconizado na Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao CPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Registrar as depreciações e efetuar o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE R\$ 18.919.944,13

O passivo circulante representa **36,66%** do saldo total do passivo recebendo atributo de alto risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de **R\$ 7.772.555,71**, equivalentes a um aumento de **69,73%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando alto risco do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo transacionado.

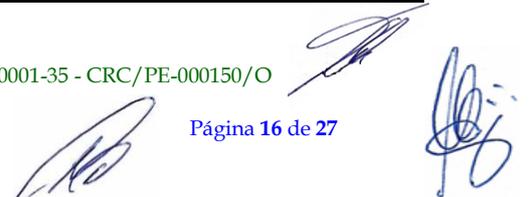
Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

RISCOS DE EXPOSIÇÃO PASSIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIÇÃO	
	31/12/2015		01/01/2015		01/JAN x 31/DEZ	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE	18.919.944,13	36,66%	11.147.388,42	23,77%	7.772.555,71	69,73%
2.1.1 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	217.220,85	0,42%	227.106,24	0,48%	-9.885,39	-4,35%
2.1.3 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	199.466,85	0,39%	10.942,92	0,02%	188.523,93	1722,79%
2.1.4 - OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	716.845,95	1,39%	765.337,47	1,63%	-48.491,52	-6,34%
2.1.5 - OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	16.358.458,06	31,70%	10.081.315,94	21,49%	6.277.142,12	62,27%
2.1.7 - PROVISÕES A CURTO PRAZO	197.177,05	0,38%	0,00	0,00%	197.177,05	100,00%
2.1.8 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.230.775,37	2,39%	62.685,85	0,13%	1.168.089,52	1863,40%
2.1.8.9 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.129.005,10	2,19%	0,00	0,00%	1.129.005,10	0,00%

4.1.2. ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS e PIS) do CREA. Em 31/12/2015 essa conta apresenta um saldo de R\$ 217.220,85, que estava assim composto:

RISCOS DE EXPOSIÇÃO PASSIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIÇÃO	
	31/12/2015		01/01/2015		01/JAN x 31/DEZ	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
2.1.1.4 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	217.220,85	0,42%	227.106,24	0,48%	-9.885,39	-4,35%



✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ **Constatações**

Constatamos que o INSS, PIS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa.

Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão que o INSS, PIS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.3. OBRIGAÇÕES FISCAIS

2.1.4 - OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	716.845,95
2.1.4.1.8.01 - Retenções Federais 9,45% - IN 480 (6190)	0,00
2.1.4.1.8.02 - Retenções Federais 5,85% - IN 480 (6147)	0,00
2.1.4.1.8.06 - Retenções Federais 7,05% - IN 480 (6175)	0,00
2.1.4.1.8.07 - Imposto de Renda Retido na Fonte de Aluguéis PF (3208)	0,00
2.1.4.1.8.11 - INSS Retido na Fonte (11%)	2.789,61
2.1.4.1.8.12 - INSS a Pagar	470.255,47
2.1.4.1.8.14 - Imposto de Renda Retido na Fonte de RPA (0588)	0,00
2.1.4.1.8.16 - Imposto de Renda Retido na Fonte Empregados (0561)	243.800,87
2.1.4.1.8.18 - Retenções Federais 7,05% - IN 480 (6188)	0,00

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos as planilhas de apuração dos Impostos e contribuições, aplicamos testes de auditoria nos cálculos, solicitamos os DARF's e Guias de Recolhimento do INSS.

✓ **Constatações**

Constatamos que os Impostos e Contribuições vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa.

Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão que os Impostos e Contribuições estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

FORNECEDORES A PAGAR

Os Fornecedores representam **0,39%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de **R\$ 188.523,93**, equivalentes a um aumento de **1722,79%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando alto risco do ponto de vista de volume qualitativo transacionado.

RISCOS DE EXPOSIÇÃO PASSIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIÇÃO	
	31/12/2015		01/01/2015		01/JAN x 31/DEZ	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
2.1.3.1 - FORNECEDORES NACIONAIS E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	199.466,85	0,39%	10.942,92	0,02%	188.523,93	1722,79%

✓ **Procedimentos de Auditoria**

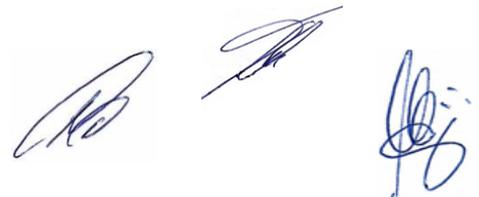
O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos saldos de fornecedores, restringiram-se aos controles contábeis dos referidos saldos.

✓ **Constatações**

O aumento de R\$ 188.523,93 em relação ao exercício anterior, decorre de que não eram apropriados os restos a pagar totais, e neste exercício de 2015, passaram a figurar no saldo, tão somente os processados, já que os demais são controlados em contas de compensação.

✓ **Opinião**

Os controles consubstanciados por meio das conciliações nos parecem apropriados, com exceção ao critério/método de segregação entre circulante e não circulante utilizado no decorrer do exercício até o mês de novembro.



4.1.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

R\$ 4.100.000,00

O passivo não circulante representa **7,95%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de R\$ **1.982.711,91**, equivalentes a um aumento de **93,64%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando alto risco do ponto de vista de volume quantitativo e risco baixo em função do qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

RISCOS DE EXPOSIÇÃO PASSIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIÇÃO	
	31/12/2015		01/01/2015		01/JAN x 31/DEZ	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
2.2 - PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	4.100.000,00	7,95%	2.117.288,09	4,51%	1.982.711,91	93,64%
2.2.7 - PROVISÕES A LONGO PRAZO	4.100.000,00	7,95%	2.000.000,00	4,26%	2.100.000,00	105,00%
2.2.7.1 - PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	1.100.000,00	2,13%	0,00	0,00%	1.100.000,00	100,00%
2.2.7.4 - PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO	3.000.000,00	5,81%	2.000.000,00	4,26%	1.000.000,00	50,00%

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

✓ Procedimentos de Auditoria

Uma provisão deve ser reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação decorrente de sentenças desfavoráveis a Autarquia.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas devem ser efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”. As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

Em sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, nesta Norma o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento.

✓ Opinião

Constatamos a exatidão dos registros contábeis com os controles auxiliares mediante a composição dos valores das contingências trabalhistas e jurídicas, a citada planilha, arrolando os litígios ativos e litígios passivos, contendo a respectiva classificação dos riscos de um desfecho negativo classificados em Provável, Possível e Remota, na forma preconizada nas NBC T 11.15 Contingências – combinado com os preceitos do CPC-25.

Destacamos que observando corretamente, ao que preceituam os itens 31 à 35 do Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, devido as incertezas acerca do desfecho e do valor, não foi reconhecido contabilmente um **ativo contingente** decorrente da nº 5058989-77.2015.4.04.7100 que tramita em “fase de instrução” na 6ª Vara Federal de Porto Alegre ajuizada em 22/09/2015, a qual pode resultar em uma variação patrimonial ativa de R\$ 4.390.655,45 se o deslinde for favorável ao pleito da Autarquia.

Os controles são apropriados ao porte e complexidade da Autarquia que encontra-se em fase inicial de operação, assim sendo entendemos que a aquisição de um software específico destinado ao controles de tais processo pode ser uma antevisão de uma necessidade iminente, em um futuro próximo.

✓ **Recomendação**

Portanto, recomendamos a Procuradoria Jurídica que informe em seu relatório, um prognóstico quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões, classificando-as como provável, possível ou remota. Inclusive eventuais valores de honorários e/ou custas devidos em todas as ações movidas, visando atender na totalidade a real necessidade do reconhecimento das Contingências a Curto e Longo Prazo, de maneira que venha a atender integralmente o CPC 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

O Prognóstico quanto ao desfecho das causas é a base para que observemos a necessidade para o registro contábil (provisionamento) da potencial perda como uma obrigação no Passivo e/ou divulgação em Nota Explicativa das demonstrações contábeis.

O termo **provável** em relação ao **possível** indica que há maior probabilidade do fato ocorrer. Geralmente, em um processo, que o prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação.

Por sua vez, se o prognóstico for **possível perda**, esta pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi necessariamente fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência seja a perda ou ganho no processo. Adicionalmente é importante notar que as decisões judiciais desfavoráveis de primeiro ou segundo grau podem não ser tão importantes para o desfecho desfavorável, quando ainda há possibilidade em tribunal superior ou de ultima instância. Por fim, a perda classificada como **remota**, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a Autarquia, ou são insignificantes as chances que existam perdas. Devendo ser apenas tratadas de maneira Administrativa.

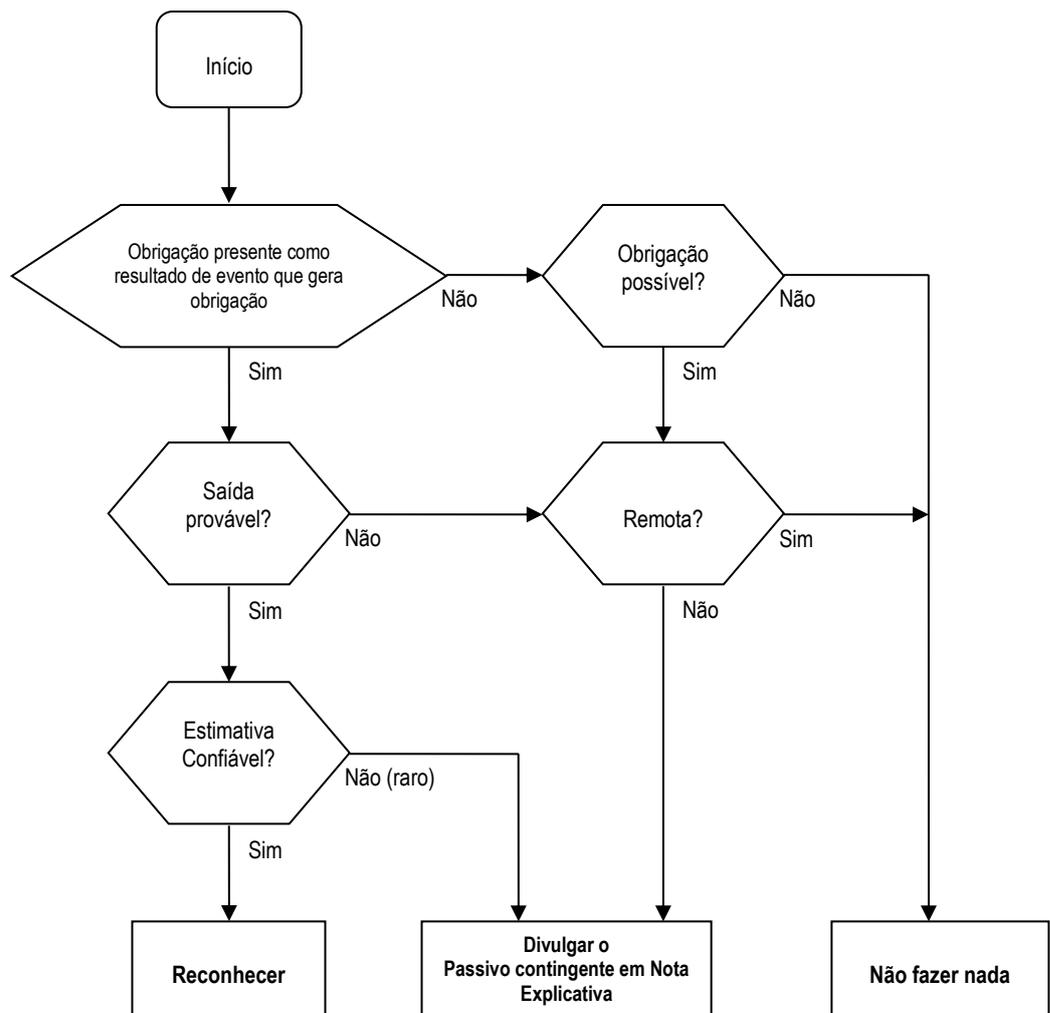
Reconhecimento da Provisão:

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- ⇒ a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- ⇒ seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- ⇒ possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Árvore da decisão

Este resumo é apenas ilustrativo. Seu propósito é demonstrar os principais requerimentos de reconhecimento da Norma para provisões e passivos contingentes. E deve ser utilizado pelos peritos, para formação de sua opinião.




4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$ 28.583.245,77

O patrimônio líquido representa 55,39% do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou negativamente em 15,02% em relação ao exercício anterior.

RISCOS DE EXPOSIÇÃO PASSIVA - DESCRIÇÃO GRUPOS/CONTAS	SALDOS				VARIÇÃO	
	31/12/2015		01/01/2015		01/JAN x 31/DEZ	
	R\$	A/V	R\$	A/V	R\$	A/H
2.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.583.245,77	55,39%	33.637.215,00	71,72%	-5.053.969,23	-15,02%
2.3.7 - RESULTADOS ACUMULADOS	28.583.245,77	55,39%	33.637.215,00	71,72%	-5.053.969,23	-15,02%
2.3.7.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	28.583.245,77	55,39%	33.637.215,00	71,72%	-5.053.969,23	-15,02%
2.3.7.1.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	28.583.245,77	55,39%	33.637.215,00	71,72%	-5.053.969,23	-15,02%
2.3.7.1.1.02 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	39.004.900,69	75,59%	39.004.900,69	83,16%	0,00	0,00%

✓ **Constatações**

Faz-se necessário esclarecer que o déficit apresentado, é resultado de vários aspectos, entre eles, depreciações que não vinham sendo apurados, além de encargos patronais sobre o 13º salário, e demais retenções federais e provisões dos passivos contingentes chegando o valor a aproximadamente 6,5 milhões. Ainda assim, com todo empenho em reduzir despesas, a Autarquia apresentou um superávit orçamentário no valor de R\$ 875 mil.

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

✓ **Órgãos Colegiados**

Efetuamos a leitura das atas de reunião dos órgãos de controle e fiscalização e em decorrência de tal procedimento entendemos que os órgãos de controle institucional, estão devidamente estruturados e funcionando conforme preconizado regimentalmente e estatutariamente.

✓ **Opinião**

Procedemos ao minudente exame dos diplomas legais pertinentes à criação, estruturação e funcionamento da Autarquia, atentando para a observância dos principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

Neste sentido é relevante esclarecermos que requisitos preconizados para a área operacional não foram objeto de nosso exame, mesmo porque foge a nossa competência, de tal modo que restringimo-nos a matéria exclusivamente contábil.

6. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

✓ PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- ✓ Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- ✓ Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- ✓ Analisamos as férias pagas;
- ✓ Constatamos que entregou a RAIS ano base 2015 em tempo hábil;
- ✓ Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;
- ✓ PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- ✓ PPRA- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- ✓ PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário.

✓ Integridade/Segurança

A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

✓ Opinião

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do CREA-RS, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

7. LICITAÇÕES E CONTRATOS

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatções.

Visando avaliar o cumprimento da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes aos procedimentos administrativos envolvendo contratação de serviços e compras diversas, solicitamos a relação dos processos licitatórios havidos no exercício de 2015, para com base em critérios estatísticos, estratificamos aqueles que serão objetos da amostra, em proporções que passamos a demonstrar:

✓ **Procedimentos Específicos**

Atendendo aos itens do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 18/2015, aplicamos procedimentos específicos com vistas a avaliar os seguintes processos/procedimentos/atividades supramencionados além de analisar processos de licitação efetuados por comissão especial, de tomada de contas especiais ou sindicâncias e os consequentes inquéritos administrativos quando existentes.

✓ **Comissão de Licitação**

Verificamos se a comissão de licitação encontra-se composta exclusivamente por, no mínimo, três membros, bem como, se atua permanentemente no julgamento da habilitação preliminar e das propostas apresentadas pelos licitantes.

✓ **Processo Licitatório**

Verificamos se o processo administrativo que gerou o processo licitatório está devidamente instruído, protocolado e numerado, bem como se foi justificada a necessidade da contratação e/ou as quantidades a serem adquiridas em função do consumo, e se foram consultadas mais de uma empresa na estimativa de preços para fins de enquadramento na modalidade de licitação.

Analisamos se os preços estimados foram os usuais no mercado e se a modalidade de licitação adotada foi efetivamente correta. Observamos ainda que, foram emitidos pareceres técnicos e jurídicos sobre os termos das minutas do contrato e Edital, sempre que preciso. Caso tenha havido recomendações do setor jurídico, verificamos se estas mesmas recomendações foram observadas.

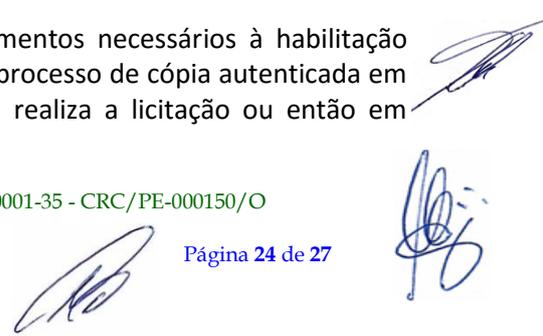
✓ **Edital**

Analisamos o original do Edital ou convite, bem como seus respectivos anexos, observando se as seguintes cláusulas foram atendidas: “Termo de Referência”; “Orçamento Estimativo com Planilhas Quantitativas e Custos Unitários” e “Minuta do Contrato”.

Verificamos se constam no preâmbulo de Edital todos os requisitos exigidos para sua validade, como, por exemplo, “Número e Ordem em Série Anual”, “Nome da Repartição”, “Modalidade da Licitação”, “Regime de Execução”, “Menção de que será regida pela Lei 8.666”, “Local, Dia e Hora para Recebimento e Abertura dos Envelopes Contendo a Documentação e Proposta”.

Constatamos se o objetivo da licitação foi identificado de forma clara e sucinta, bem como se na fase de habilitação foram estabelecidas as condições para os interessados participarem da licitação.

Analisamos se foi informado no Edital que os documentos necessários à habilitação poderiam ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em um tabelião ou por um funcionário da unidade que realiza a licitação ou então em publicação em órgão da imprensa oficial.



Observamos que como prova de regularidade fiscal foi exigida dos interessados a comprovação identificada a seguir: “Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio sede do licitante”, “Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal do domicílio ou da sede do licitante, ou outra forma da lei”, “Regularidade relativa ao INSS”, “Regularidade perante o FGTS”.

Verificamos se como prova de qualificação técnica foram exigidos dos interessados os documentos a seguir discriminados: “Registro ou Inscrição na Entidade Profissional competente”, “Comprovação de o licitante possuir na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços de características semelhantes”, “Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado”, “Declaração de que recebeu os documentos e, quando exigido, de que tomou conhecimento prévio de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação” e “Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso”.

Observamos também se, como prova de qualificação econômica e financeira foi exigido dos interessados as demonstrações e documentos a seguir identificados: “Balanço patrimonial a demonstrações contábeis do último exercício sociais, já exigíveis”, “Certidão negativa de falência ou concordata”, e se foi também exigida declaração as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação”.

No caso de empresa de prestação de serviços técnicos especializados, que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico verificamos se esta foi exigida a declaração garantindo que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente o objeto da declaração.

Observamos ainda se o Edital determina a apresentação das propostas da seguinte forma: “datilografada e apresentada em papel timbrado da empresa”, “escrito em português, sem emendas rasuras, alternativas”, “fazer menção ao número da licitação, ao dia e hora de sua realização”, “consignar em moeda nacional os preços, devendo o unitário ser expresso em algarismos e os totais em algarismo por extenso”, bem como “o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global”, “de reajuste de cada parcela retratando a variação efetiva do custo da produção compreendido entre as datas da proposta e do adimplemento das parcelas”, “os limites para pagamento de instalação e mobilidade para execução de obras e serviços que serão obrigatoriamente previstos de forma separada das demais parcelas”, “declaração de que o prazo e condições de preços cotados, o prazo e condições de garantia, no caso de fornecimento material, o prazo para entrega do objeto ou execução de contrato”. “que todas as folhas deverão ser rubricadas e a última datada pelo seu representante legal” que “não será considerada a proposta que contiver qualquer vantagem não prevista nele”, e que “a proposta elaborada em desacordo com os termos do Edital, ou que consignar preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, será desclassificada”.

Observamos, outrossim, se o Edital estabelece que, uma vez abertas às propostas não serão admitidos pedidos de retificação de preços ou de quaisquer outras condições oferecidas e que, independente de declaração expressa, a simples apresentação da

proposta implica submissão a todas as condições estipuladas no Edital, sem prejuízo da observância das normas no mesmo contidas.

Analisamos também se consta do Edital que após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito na comissão de licitação, se estão previstos critérios de julgamento, com disposições claras e com parâmetros objetivos, se foram fixadas as condições de recebimento do objeto da licitação e se no Edital foram fixadas as condições de pagamento do objeto da licitação.

Verificamos se constam no Edital os prazos de interposição de recursos, representação ou pedido de reconsideração dos atos da comissão de licitação ou da autoridade competente.

Nas disposições finais do Edital, observamos se consta a possibilidade de a autoridade competente somente revogar a licitação por razões de interesses público decorrente do fato superveniente devidamente comprovado e se no caso de anulação ou revogação fica assegurado aos envolvidos o contraditório de ampla defesa.

Verificamos se existe item específico informando que decairá o direito de impugnar os termos da licitação quem o tendo aceitado sem objeção, venha apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal impugnação terá efeito de recurso.

Verificamos se o original de Edital foi datado e rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expediu.

✓ **Publicações**

Analisamos se comprovantes das publicações do Edital no Diário Oficial. No caso de concorrência e tomada de preços verificamos se o Edital foi publicado em jornal de grande circulação.

✓ **Outras Verificações e Análises**

Comparamos as propostas e os documentos que a instruíram verificando se estão de acordo com as exigências do Edital.

Analisamos se as atas relatórios e deliberações da comissão julgadora encontram-se anexadas ao processo, se foram assinadas pela autoridade competente e, se os conteúdos de tais documentos estão compatíveis com as exigências do Edital.

Constatamos se os pareceres técnicos, no caso de emitidos, encontram-se anexados ao processo licitatório e se os atos de adjudicação do objeto da licitação foram aprovados pela autoridade ordenadora, bem como se estes documentos encontram-se anexados ao processo.

Analisamos os recursos interpostos e constatamos a validade dos deferimentos ou indeferimentos.

✓ **Contratos**

Comparamos os contratos realizados com as licitações efetuadas, verificando se os valores constantes da proposta vencedora são idênticos aos discriminados no contrato, se “os prazos e condições de pagamento também são idênticos”. O mesmo auditamos em relação aos serviços a serem realizados.

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada pelo setor de Licitações e Contratos nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas no exercício sob exame.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo CREA-RS no que diz respeito aos processos licitatórios, como de acordo com a legislação vigente.

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da Autarquia, já que as atividades desenvolvidas são consubstanciadas por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

8. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 27 (vinte e sete) páginas escritas apenas no averso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do CREA-RS acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros.

Porto Alegre/RS, 26 de Fevereiro de 2016.



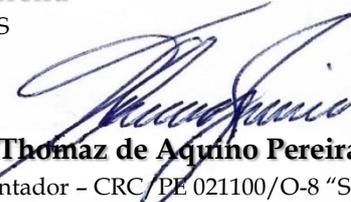
AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O “S”RS


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”RS
Sócio Sênior


Philippe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”RS


Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 “S”RS